

Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil*

Florestan Fernandes and dependent capitalism: elements for interpretation of Brazil

GIULIANO CONTENTO DE OLIVEIRA | gjulianoliveira@gmail.com
Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Brasil.

DANIEL ARIAS VAZQUEZ | profdanielvazquez@gmail.com
Professor do Departamento de Economia da PUC-SP e da Unisantos, Brasil.

Resumo O papel da burguesia na origem da ordem social competitiva sob condições de dependência, as instabilidades inerentes ao subdesenvolvimento compensadas pela dualidade estrutural entre os setores modernos e arcaicos e as relações de classes na sociedade são temas abordados por Florestan Fernandes, cuja obra colabora para a compreensão da realidade social brasileira e revela as especificidades dos processos históricos na formação econômica nacional. Este artigo analisa os temas acima, com o intuito de apresentar as contribuições do pensamento de Florestan Fernandes para uma interpretação do Brasil. **Palavras-chave** Florestan Fernandes, Revolução Burguesa, Capitalismo Dependente, Classes Sociais, Brasil.

Abstract The bourgeoisie's function on the origin of the competitive social order under dependence conditions, the instabilities inherent on the periphery country which have been compensated by the structural duality between modern and archaic sectors and the classes' relationship on the society are subjects approached by Florestan Fernandes, whose studies collaborates to the understanding the Brazilian social reality and discloses the specifics historical processes on the national economic formation. This article analyses the subjects above, with the intention of present the contributions from Florestan Fernandes' thought for an interpretation of Brazil.

Keywords Florestan Fernandes, Bourgeoisie's Revolution, Dependent Capitalism, Social Classes, Brazil.

* Os autores agradecem os dois pareceristas anônimos da Revista OIKOS, isentando-os, evidentemente, de eventuais erros e omissões presentes no artigo.

Introdução

Fundador da denominada “sociologia crítica” no país, que busca questionar a realidade social e o pensamento estabelecido especialmente a partir do desenvolvimento e da adaptação à realidade nacional do conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna, Florestan Fernandes (1920-1995)¹ inaugura uma nova época na história sociológica nacional e constrói uma nova interpretação do Brasil, embasada na hipótese de que houve uma revolução burguesa no país, ainda que peculiar, e pautada no entendimento da formação, do desenvolvimento, das lutas de classes e das perspectivas do povo brasileiro².

Intentando com isso não apenas o entendimento da realidade social do país, a partir de um processo de reconstrução histórica, social e econômica de seu povo, mas também discernir sobre as condições e possibilidades das transformações sociais no Brasil, de modo a superar os constrangimentos sócio-econômicos impostos pelos resquícios ainda presentes da ordem social senhorial e escravista não completamente superados pela ordem social competitiva, Florestan Fernandes se afigura enquanto um dos principais pensadores latino-americanos³.

O artigo tem o objetivo de apresentar sumariamente a interpretação do Brasil segundo Florestan Fernandes a partir de três obras selecionadas deste autor, a saber: *Revolução burguesa no Brasil* (1975); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968); e *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973). Busca-se, com isso, colocar em evidência as reflexões de um intelectual nem sempre considerado por aqueles que buscam compreender o Brasil em sua totalidade complexa e dinâmica. Para isso, o artigo está dividido em duas seções, além desta breve introdução e da conclusão. A seguir, analisa-se a revolução burguesa no Brasil, buscando apreender a especificidade da constituição e difusão do que Florestan denominou de “ordem social competitiva”. Feita essa discussão, analisa-se o tema sociedade de classes e capitalismo dependente.

1 Sobre a biografia de Florestan Fernandes, ver Martins (1996) e Singer (1996).

2 Em poucas palavras, Florestan contribuiu decisivamente para atribuir rigor metodológico aos estudos dos temas sociais no país.

3 Ver Ianni (1996).

A Revolução Burguesa no Brasil⁴

A revolução burguesa no Brasil ocorreu em condições históricas, políticas, institucionais e sociais diferentes das observadas pela sua congênera no mundo desenvolvido. A adaptação deste fenômeno originalmente europeu à realidade brasileira se tornou possível porque a despeito de não ter havido no Brasil todo o passado europeu, reproduziu-se aqui de forma peculiar o seu então passado recente. Entendida enquanto a forma pela qual se processou a absorção da organização econômica, social e cultural sob moldes capitalistas, pode-se pensar em Revolução Burguesa no Brasil. Segundo Fernandes (1975, p.20-21):

[...] ao se apelar para a noção de 'Revolução Burguesa', não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado dos povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e porque se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se originou a modernização como processo social.

A constituição do Estado Nacional representou o início do processo de supressão do tradicionalismo associado à dominação patrimonialista e à degradação da ordem econômica, social e política do sistema colonial. Os "senhores rurais" são progressivamente "aburguesados" quando do contato com as cidades, segundo Fernandes (1975) "[...] desempenhando uma função análoga a de certos segmentos da nobreza européia na expansão do capitalismo.". Ademais, nas cidades passam a surgir segmentos não comprometidos com a ordem tradicionalista ditada pela "aristocracia agrária", como os negociantes, funcionários públicos, banqueiros e industriais nascentes, que dão impulso à instauração do capitalismo no país – movimento que se opõe ao que havia de arcaico e colonial na ordem social patrimonialista (FERNANDES, 1975).

A análise da revolução burguesa no Brasil envolve, dessa maneira, o estudo de quatro fatores histórico-sociais, que em última análise concorreram para a constituição e a consolidação de uma situação de mercado em escala nacional, a saber: a) Independência, analisada à luz de suas implicações sócio-econômicas

4 Seção baseada em Fernandes (1975).

seculares; b) “fazendeiro do café” e o “imigrante”, dois personagens centrais das grandes mudanças do cenário econômico, social e político do país; c) mudança de padrão da relação entre capital internacional e a organização da economia interna; e d) expansão e universalização da chamada ordem social competitiva (FERNANDES, 1975).

Com a Independência, dá-se início à formação da sociedade nacional, com o poder passando a ser organizado a partir de dentro⁵. Mas a despeito do caráter revolucionário, efetivamente dinâmico e propulsor, a Independência carregava um caráter conservador, traduzido sob a forma de manutenção da ordem social anterior⁶. Segundo Fernandes (1975, p.33), *“O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.”*

Isto porque a constituição de um Estado Nacional independente se colocava enquanto instrumento para que as elites pudessem gozar de plena realização da lógica dos estamentos senhoriais, que sob o sistema anterior (colonial) não podiam ser realizados social e economicamente em termos de estamentos dominantes. Por esse ângulo, a implantação de um Estado Nacional cumpria a função de estender o patrimonialismo doméstico para a comunidade estamental da sociedade global e do comportamento político, convertendo-o em dominação estamental efetiva e, assim, oferecendo aos estamentos senhoriais a chance *“[...] histórica para o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente, na estratificação da sociedade.”* (FERNANDES, 1975, p.57).

Internalização dos centros de poder, mas nas mãos de uma minoria, donde ao Estado Nacional cumpria constituir fator de solidariedade que superasse a organização interna do domínio dos senhores, antes desempenhado pela Coroa. A extensão da dominação para a coletividade, operada a partir da burocratização da dominação estamental, exigia a existência de um Estado Nacional Independente. Contraditoriamente, no entanto, ao mesclar a esfera do domínio com a da Nação, diz Fernandes (1975, p.58), *“[...] a criação de um Estado nacional independente não significou, apenas, o advento de uma ordem legal que permitia adotar uma rede de instituições mais ‘moderna’ e ‘eficaz’. Ela também representou a conquista de uma escala mínima de*

5 Interessante notar que todo o desenrolar do processo decorre sob a influência do liberalismo, que desempenha um duplo e contraditório papel, pois se, por um lado, forneceu categorias de pensamento e de ação para se oporem ao sistema colonial e embasamento para estruturar um tipo de organização do poder em termos da sociedade como um todo, por outro representou a nova via de dependência externa da economia nacional (econômica).

6 Sob imposição do cultivo produtivo da grande lavoura e da mineração.

regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos.”. Esse processo permitiu, com efeito, ainda que de maneira lenta e relativa, a situação nacional adquirir um significado político que transcendia o privatismo e o particularismo típico da dominação patrimonialista. Esse constituía o outro lado da moeda da Independência.

No plano econômico, a implantação do Estado nacional independente, embora de imediato não tenha reorganizado as relações de produção, permitiu a dinamização das potencialidades econômicas da grande lavoura, antes tolhidas por mecanismos dirigidos pela Metrópole, rapidamente absorvidas pelo meio sócio-econômico. Os efeitos dinamizadores se fizeram sentir notadamente sobre o processo de urbanização então em curso, que se dava sob forte estímulo da vasta rede de serviços requerida para a operacionalização do Estado Nacional. Importa destacar, essencialmente, que não obstante os efeitos restritivos impostos pelas estruturas econômicas coloniais, diz Fernandes (1975, p.62): “[...] *os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizarem a partir deles.*”

O fluxo de renda, antes direcionado para fora, passa a gravitar em âmbito interno. Se por um lado pouco mudou a condição de dependência externa mesmo após o rompimento com a condição legal de Colônia, por outro, a extinção do estatuto Colonial e a Independência permitiram que o excedente econômico, obtido essencialmente com as atividades primário-exportadoras, passasse a ser gerido livremente. Não obstante, os efeitos histórico-social dinamizadores desse processo foram diluídos pela lógica da grande lavoura, centralizada no trabalho escravo e na dominação patrimonialista, ainda que não tenha tolhido a reorganização do fluxo de renda, a diferenciação do sistema econômico e o processo de urbanização (FERNANDES, 1975).

A reorganização do fluxo de renda constitui acontecimento de grande relevo, pois forçou a diferenciação dos papéis econômicos⁷ e contribuiu para modificar a composição do sistema econômico. Foram três os efeitos acarretados por esse processo, a saber: a) contribuiu para a liberação e dinamização de comportamento econômico puramente capitalista; b) colocou sob novas bases a organização interna de uma economia de mercado (exigências dos consumidores e especialização econômica); e c) suscitou a recalibração econômica do comércio, que passa

7 Decorrente da internalização das fases de comercialização do produto, que induzia as elites a cumprir novos papéis sociais e políticos, o que facilitava o acesso a papéis econômicos em núcleos urbanos.

a constituir o segundo pólo dinâmico das atividades econômicas (FERNANDES, 1975). Com efeito, a competição passa a fazer parte das relações econômicas dos senhores rurais, seja entre si, seja com outros atores envolvidos nesse processo, incentivando as atividades econômicas geradas pela expansão das cidades, embora sem romper com a tradição de ver na agricultura a “verdadeira fonte de riqueza” e o único setor capaz de garantir o futuro da Nação.

Se, por um lado, o Estado se apresenta como garantidor da dominação política dos estamentos senhoriais, por outro o seu surgimento revela novas conexões funcionais com a organização econômica, orientando-se a proteger e a fortalecer a iniciativa privada e assumindo encargos que buscavam garantir certos privilégios, como a continuidade da mão de obra escrava e a criação de serviços públicos. Contudo, embora tenha cumprido um papel construtivo, especificamente quanto ao processo de internalização dos centros de poder, a dominação estamental acabou moldando um Estado anti-social, pois operado enquanto instrumento de dominação política com fundamentos liberais formais. É nessa perspectiva que Fernandes (1975, p.68) afirma que:

Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. Enquanto fonte de garantias dos direitos fundamentais do “cidadão”, agência formal de organização política da sociedade quadro legal de integração ou funcionamento da ordem social, tratava-se de um Estado nacional liberal e, nesse sentido, “democrático” e “moderno”.

A constituição desse Estado amálgama decorreu de um impasse histórico que se colocou ao processo de afirmação autônoma das elites no Brasil, que ao mesmo tempo em que exigia o rompimento com a condição de colônia, não permitia a gestão democratizada do poder. O privilégio em escala nacional, subproduto do monopólio do poder político pelos estamentos senhoriais, atuava na direção de preservar e fortalecer as estruturas sócio-econômicas nas quais repousavam o prestígio social exclusivo dessa classe. Não obstante, a implantação de um Estado nacional independente lançaria as bases para a formação do chamado “Brasil moderno”, ainda marcado por contrastes sociais e econômicos agudos que configuram a sua dualidade estrutural (FERNANDES, 1975).

A Nação independente ofereceu, no entanto, o substrato moral e o dinamismo econômico básico para que se pudesse dar curso ao processo de assimilação dos modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais.

Para Fernandes (1975), duas ordens de fatores fundamentais atuaram no sentido de desencadear a Revolução Burguesa no Brasil, a saber: a) o comportamento das economias centrais; e b) o aparecimento e a atuação de dois agentes humanos que se caracterizaram enquanto atores e defensores do desencadeamento da ruptura com a ordem progressa.

Diante da implementação de um Estado independente, as economias centrais logo se empenharam em estabelecer formas alternativas de apropriação do excedente econômico gerado internamente, modificando-se apenas a qualidade da dependência externa, com o “colonialismo” cedendo espaço ao “neocolonialismo”. A nova configuração da relação de dependência requereu, no entanto, um grau de modernização do país, mas sob os quadros de um Estado controlado, política e administrativamente, por elites locais, de modo a conformar uma representação capaz de atribuir legitimidade à condição de dependência.

De início, isso foi viabilizado a partir da transferência de firmas ou filiais, em pequena escala, cujas atividades eram organizadas institucionalmente. Formavam-se, assim, novos nexos de dependência econômica em relação ao exterior, mas agora vinculados a mecanismos reais e efetivos de mudança econômica (FERNANDES, 1975). Mas, no entendimento do autor, esse fenômeno produziu dois efeitos sócio-econômicos construtivos, a saber: 1) fez com que os níveis de produção e de exportação da grande lavoura fossem dinamizados, aumentando o excedente gerado, parte do qual era revertido em consumo e aplicado no meio urbano então nascente, fatores dinamizadores do mercado interno; e 2) introduziu padrões capitalistas na esfera das relações comerciais, contribuindo para reconfigurar o comportamento dos agentes envolvidos sob moldes capitalistas.

Dois personagens estimulam a constituição de modos capitalistas de comportamento econômico, incentivando o processo de internalização da ordem social competitiva e, assim, contribuindo decisivamente para a formação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a saber: a) o “fazendeiro do café”, que se transforma em “homem de negócios” nessa nova conjuntura e dissociava a fazenda e a riqueza do status senhorial; e b) o imigrante, que traz e propaga a racionalidade econômica que irá basear o comportamento dos demais atores sociais, mesmo que adaptado ao contexto brasileiro (racionalidade adaptativa). Foram eles que deram curso à Revolução Burguesa no Brasil, pois representa-

ram uma ruptura com o passado da era colonial e atuaram na direção de propiciar a modernização.

Diante do fortalecimento da ordem social competitiva, o fazendeiro evoluiu para novas adaptações econômicas, descolando-se da forma estamental de acumulação de capital e assim contribuindo para o avanço da nova ordem. O fazendeiro que se adapta às novas condições se transforma em “fazendeiro homem de negócios”, principal agente humano nativo da Revolução Burguesa no Brasil, vez que desempenhou papel proeminente nos acontecimentos históricos do país e comandou a política da Nação sob a égide da nova ordem social que ajudava a instaurar. Com isso, moldou a política econômica para benefício próprio, substanciada na ‘defesa permanente do café’, apresentando-se como agente de integração do capitalismo comercial e financeiro no desenvolvimento da economia brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que defendeu o nível de ocupação dos fatores da economia interna, resguardou o seu próprio setor de interesse, o agrário (FERNANDES, 1975).

Já o imigrante cumpriu um papel determinante no processo de inserção de novos padrões e estilos de vida na sociedade brasileira, contribuindo decisivamente para a consolidação interna da economia de mercado em expansão. Com o intento de fazer “fortuna”, seu objetivo consistia em se apropriar da maior soma possível de riqueza sob a forma monetária, o que concorria para romper com a ordem social senhorial e escravocrata. Outro vetor que atuava na mesma direção era a utilização do trabalho próprio, ao invés de alheio, como fonte de sobrevivência e eventual enriquecimento, condição que abria ao imigrante a possibilidade de mobilidade econômica vertical e horizontal. Fazendo uso de um tipo de racionalidade adaptativa, o imigrante foi galgando novos postos de trabalho até chegar aos chamados impérios industriais. Segundo Fernandes (1975, p.141-142):

O imigrante introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o “cálculo econômico” e a “mentalidade racional com relação a fins” acabaram alcançando, pela primeira vez em nosso País, a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade.

[...] No conjunto, pois, o imigrante realizava, na esfera econômica da cultura, a passagem da “ordem tradicional” para a “ordem capitalista” [...]

Contudo, a lógica do ganho rápido concorreu para embutir uma espécie de “curto-prazismo” no campo de visão desses atores, desestimulando a construção de projetos econômicos de longa maturação, capazes de atribuir maior dinâmica ao capitalismo brasileiro. No mais, com o passar do tempo, os símbolos da ordem senhorial passam a ser incorporados pelos imigrantes, o que concorria para reprisar, sob novo estilo, o passado do senhor agrário comercial (Fernandes, 1975, p.145-46).

Após discutir o processo de formação do denominado “Brasil moderno”, Fernandes (1975) passa à investigação da formação da ordem social competitiva em países que tiveram passado colonial, como o Brasil. À ordem social competitiva, cumpre precisar, corresponde à elevação da concorrência enquanto fator estrutural e dinâmico básico das ações humanas e na calibração das relações sociais, passando a constituir o *locus* da ação humana em sociedade, contrapondo-se à ordem escravocrata e senhorial, pautada pelo mandonismo e pelo exercício do poder e do privilégio econômico, social e político, a partir de bases hierárquicas (FERNANDES, 1975).

Nas sociedades dependentes, o capitalismo é introduzido antes da plena constituição da ordem social competitiva. Nessas condições, a ordem social anterior acaba dando um formato peculiar ao capitalismo, condição que obstaculizou a expansão do capitalismo no Brasil. Nestas condições, a persistência dos fundamentos da dominação patrimonialista implicou a neutralização e diluição dos elementos competitivos, continuando o equilíbrio social a ser pautado de forma prevalente pela cooperação e pelas formas autocráticas de solidariedade (FERNANDES, 1975). A coexistência da ordem social anterior com a então emergente ordem social competitiva fazia com que os pilares desta última, a saber, a livre iniciativa e a propriedade privada, fossem convertidos em privilégios estamentais, que deveriam ser resguardados e mantidos. Esse processo não apenas tolhia os papéis socialmente construtivos associados à competição, como redistribuição da renda e do poder, mas também potencializava a concentração de riqueza, poder e propriedade.

Mas mesmo não rompendo com o círculo poderoso advindo do passado, o processo de urbanização, associado à possibilidade de mobilidade social, contrapesava os efeitos repressores da ordem anterior impostas à ordem emergente, permitindo aos indivíduos de “extração social inferior”, para as quais o privilégio não constituía um valor, alcançar escalões superiores. Contudo, mesmo os estratos sociais intermediários, depois denominados de classe média emergente, diz Fernandes (1975, p.161):

[...] continuaram a apegar-se [...] à modernização e à democratização como meros expedientes de privilegiamento de seus interesses e do seu destino social [...] Ficaram entregues a uma obscura missão histórica, de fiadores da perpetuação crônica do “poder conservador” e dos privilégios estamentais mais odiosos [...]

Nesse contexto, a nova ordem social competitiva era introduzida a partir de brechas encontradas na ordem social anterior, ganhando impulso suplementar quando da abolição, que concorre no sentido de alterar o regime senhorial no Brasil. De qualquer modo, mostra-se imperativo salientar que a ordem social competitiva foi deformada pela ordem anterior, ao invés de suprimi-la, fazendo com que a competição se vinculasse aos valores e aos processos que concorreram para a manutenção do “passado no presente” – mostrando-se, assim, insuficiente para aniquilar os valores arcaizantes. Essa simbiose entre valores e interesses tradicionais-conservadores (particularistas e elitistas) e aqueles lançados pela ordem social competitiva fez com que o capitalismo brasileiro ficasse amarrado a um passado atrasado, particularista e autocrático, estabelecendo o contorno híbrido da economia brasileira, marcada pela coexistência do arcaico com o moderno⁸.

Finalmente, Fernandes (1975) realiza a discussão da Revolução Burguesa e do capitalismo dependente, terceira e última parte de sua obra. O autor discute como se processa a acumulação capitalista dependente e o caráter específico de sua realização⁹. Para ele, a Revolução Burguesa, entendida como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas, apenas se realiza quando do auge de sua evolução industrial. Nesses termos, colocada diante das tarefas típicas de sua congênera europeia, a classe burguesa no Brasil não teve condições de cumprir de forma autônoma seu compromisso com a industrialização. A aliança com as classes dominantes retrógradas se mostrou funcional às suas intenções de classe, pois assomado ao suporte do Estado, permitiu realizar a industrialização e manter a estrutura de privilégios da qual desfrutava. A burguesia brasileira se mostrou incapaz, assim, de se libertar da oligarquia e de implementar a social-democracia no país (FERNANDES, 1975; ARRUDA, 1996).

8 Não obstante o fato de, num primeiro momento, a ordem social competitiva ter acelerado a desarticulação da sociedade de castas e estamentos.

9 Sobre a contribuição de Florestan ao pensamento marxista brasileiro, ver Almeida (2005).

Destarte, o processo tardio de industrialização foi realizado sem o rompimento com a condição de dependência, com a dominação imperialista externa. A articulação com o setor externo, mais a aliança com as forças políticas retrógradas, atinge seu ponto máximo em 1964, quando se passa a fazer uso de um “modelo autocrático burguês”, uma ditadura burguesa revelada e altamente opressora, revelando a verdadeira face da revolução burguesa não democrática no Brasil (FERNANDES, 1975; DRAIBE, 2004). Contraditoriamente, no entanto, a aliança com o capital estrangeiro, sob a égide do capitalismo monopolista, aguçou a coexistência do moderno e do atrasado num mesmo espaço. Perpetuou-se, pois, a posição subalterna da economia nacional e aprofundou o seu grau de satelização, que paradoxalmente concorreu para diluir o poder das próprias elites nativas (FERNANDES, 1975; ARRUDA, 1996).

De acordo com o Florestan, desse modo, a Revolução Burguesa no Brasil apresenta um alto grau de singularidade, pois a despeito de envolver agentes modernizadores, o seu raio de ação se limita a certas esferas da vida social, mostrando-se incapaz de contemplar o conjunto da sociedade. Embora acompanhe e ocorra em compasso com a formação da sociedade de classes, ela acaba eliminando os componentes políticos e socioculturais observados no modelo original, cuja resultante consistiu na feição autocrática e autoritária da dominação burguesa no Brasil, que concorreu para distanciá-la ainda mais de sua congênera européia. Uma revolução pelo alto (FERNANDES, 1975; ARRUDA, 1996).

Sociedade de Classes e Capitalismo Dependente¹⁰

As classes sociais¹¹ no Brasil são estruturadas sob um contexto altamente peculiar, sob uma realidade jurídica, social e institucional imposta pela condição de dependência, particularmente econômica, embora não apenas. Com esse substrato, a modernidade não consegue romper completamente com o regime estamental, que se mostrou funcional à nascente organização econômica e

10 Seção baseada em Fernandes (1968; 1972).

11 Definidas através de uma estratificação específica determinada por uma regulação econômica – o modo de produção capitalista – que define os diferentes graus de privilegiamentos dos diferentes estratos sociais. Este modo de produção também determina os processos de concentração de riqueza, de prestígio social e de poder, bem como os mecanismos de mobilidade e mudanças sociais (FERNANDES, 1972).

social ao amparar a transformação dos “senhores rurais” em aristocracia agrária, considerando a simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial (FERNANDES, 1968).

Nesses termos, para Fernandes (1968) a explicação sociológica do subdesenvolvimento exige o entendimento de como as classes sociais se organizam e cooperam ou disputam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, de um lado, ou mesmo extinguir, de outro, o regime social de produção fundado na ordem social competitiva. Isso porque a superação da relação de dependência engendrada pela modernização depende do modo pelo qual as sociedades subdesenvolvidas respondem à absorção do capitalismo. A depender do tipo de reação, as estruturas coloniais serão ou não inteiramente suplantadas pela chamada ordem social competitiva emergente: quando totalmente suplantadas, originam-se economias auto-suficientes e economicamente autônomas; quando apenas parcialmente superadas, origina-se o capitalismo dependente, sistema em que a ordem social competitiva interage com as estruturas arcaizantes, originando economias polarizadas, heterogêneas e incapazes de espraiair as forças modernizadoras para o conjunto da sociedade.

Para compreender o capitalismo brasileiro, dependente, Fernandes (1968) adaptou os modelos de explicação macrossociológica das classes sociais de Weber, Marx e Durkeim, que analisaram a moderna sociedade de classes do Ocidente, à realidade brasileira.

De Weber, Fernandes (1968), a partir do conceito de classe social, fundada na dicotomia “possuidores” versus “não-possuidores”, desenvolveu um esquema interpretativo que compreende a relação de dependência interna e externa. De Marx, o autor faz uso da constatação de que a organização capitalista das relações de produção resulta tanto em processos de estratificação social, que geram a moderna sociedade de classes, como em formação de um novo tipo de mercado, capaz de converter a apropriação privada dos meios de produção e a mercantilização do trabalho nas duas faces da mesma moeda. Finalmente, de Durkeim, Fernandes (1968) embasa o entendimento e a caracterização das sociedades capitalistas subdesenvolvidas, que passam a ser entendidas não como uma redução patológica do tipo social do mundo desenvolvido, considerado em determinado estado de seu desenvolvimento, mas enquanto produto tardio, nascidas da desintegração de estruturas sociais formadas nos períodos iniciais da colonização, onde as estruturas econômicas emergentes se acomodam às estruturas arcaicas preexistentes. Ao gerar uma fraca integração da solidariedade

moral em nível nacional, esta condição acaba reprimindo comportamentos econômicos e sociais coletivos¹².

Os modelos explicativos de Marx e Weber comportam a conclusão de que o subdesenvolvimento explica-se de forma objetiva pelas condições de dependência econômica, que por seu turno é gerada, condicionada e regulada a partir de fora, por vetores conjunturais e estruturais do mercado mundial. Os três modelos suportam, ademais, a conclusão de que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorvem a ordem social competitiva observada nos países desenvolvidos, mas sob o amparo e o condicionamento de arranjos sociais, econômicos e políticos que refletem a polarização econômica e a herança colonial dessas sociedades, donde a ruptura da condição de subdesenvolvimento apenas pode se desencadear a partir das forças sociais internas. Permitem concluir, finalmente, que o regime de classes, numa economia capitalista subdesenvolvida, possui como substrato material uma situação de mercado dependente e como suporte sociocultural os recursos de uma civilização nucleados no exterior (FERNANDES, 1968).

Fernandes (1968) desenvolve a tese de que nas economias capitalistas subdesenvolvidas, e particularmente no Brasil, o regime de classes, como conexão dessa modalidade de capitalismo, atua em duas direções simultâneas, a saber: na de organizar internamente os interesses sócio-econômicos que produzem as classes; e na de dar continuidade à exploração de “fora para dentro”.

Nesse contexto, se por um lado as formas econômicas arcaicas restringem o raio de atuação das estruturas modernas e atribuem um caráter dual a essas economias, por outro se mostram absolutamente necessárias para a estruturação e a existência de estruturas modernas ou ultra-modernas. Isso porque a articulação de estruturas econômicas heterogêneas assume a função de calibrar o emprego dos fatores de produção segundo uma linha de rendimento máximo, superexplorando o fator de produção abundante, a saber, a força de trabalho. Assim, o setor arcaico acaba cumprindo as funções econômicas fundamentais para a articulação do sistema¹³: de um lado, permite o aparecimento e a sustentação de “zonas

12 É nessa perspectiva que o autor entende o subdesenvolvimento não como uma simples cópia de algo maior ou uma mera fatalidade, mas como produto de uma escolha aceita socialmente e que para ser superado depende de escolhas da mesma natureza. Daí a importância que o autor atribui à esfera política.

13 As funções apresentadas por Fernandes (1968) são as seguintes: a) servir de elo entre o mercado interno e externo na captação de excedente econômico; b) alimentar uma pequena porção do mercado interno (moderno) a partir de um alto poder de consumo; e c) servir de elo entre o setor arcaico e o moderno, transferindo direta ou indiretamente para este último o excedente econômico, que não pode ser reinvestido no primeiro, de modo produtivo, mantidas as condições de articulação do sistema econômico.

de modernidade”¹⁴, por outro não se mostra suficiente para propiciar a autonomização do processo de acumulação no setor moderno. Este, por isso, mostra-se incapaz de espalhar os benefícios do processo de acumulação para o conjunto da população¹⁵ e de romper com a dependência do excedente econômico obtido nos setores arcaicos a partir de superexploração do trabalho, condição pouco modificada pelo processo de industrialização¹⁶ (FERNANDES, 1968).

No âmbito externo, a relação de dependência se traduz na transferência de excedente econômico para fora, reduzindo as economias subdesenvolvidas em meras economias de consumo, podando as possibilidades de autonomização em bases capitalistas. Tem-se, assim, uma economia duplamente articulada: no plano interno, a partir da dependência do setor moderno em relação ao atrasado; e no plano externo, da subordinação da economia nacional à economia mundial, a partir da transferência do excedente econômico, viabilizada pelo consumo de massa e pela modernização dos padrões de consumo¹⁷.

Esse panorama, de acordo com Fernandes (1968), permite situar como se constitui, funciona e evolui o regime de classes sob o capitalismo dependente. Valendo-se da distinção Weberiana entre “possuidores de bens” e “não-possuidores de bens”, o autor realiza uma caracterização geral da sociedade brasileira.

Os “não possuidores de bens” dividem-se em duas categorias, a saber: 1) os assalariados e os que estão em vias de proletarização ou se proletarizaram; e 2) os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, seja no campo, seja nas cidades. Este último conjunto compreende a parcela da população marginalizada, não se caracterizando enquanto um “exército industrial de reserva”, vez que composta por atores sociais que não possuem os requisitos exigidos pela ordem social competitiva. Quanto

14 Categoria estranha à obra de Fernandes (1968), mas que acreditamos retratar de forma adequada o caráter dual e heterogêneo das economias capitalistas subdesenvolvidas.

15 Essa incapacidade do setor moderno impor a transformação ou a eliminação do setor arcaico decorre de dois conjuntos de fatores, a saber: de um lado, as formas de produção não desembocaram, de igual modo, na mercantilização da força de trabalho; de outro, nem todas as situações e processos econômicos se incorporaram e foram controlados por forças internas, segundo o autor a partir do “núcleo legal e institucionalizado da economia nacional”.

16 Uma vez que altamente concentrado e que, ao cabo, provocou um processo de intensificação da transferência de renda e de controles econômicos do setor atrasado para o setor moderno, localizado no meio urbano (FERNANDES, 1968, p.66-67).

17 Aqui, a idéia de modernização dos padrões de consumo, desenvolvida de forma marcante por Furtado (1959), encontra-se bastante presente em Fernandes (1968). Isso porque, ao internalizar os padrões de consumo e os estilos de vida prevalentes nas economias avançadas, as economias subdesenvolvidas são transformadas em simples espaços de consumo, não se constituindo em centros de produção e inovação, situação que perpetua a sua condição heteronômica.

à graduação social, pode-se distinguir o grupo entre classe baixa urbana, compreendendo assalariados com baixo rendimento, e classe dependente urbana, que diz respeito ao setor indigente e flutuante das grandes cidades. Já quanto às zonas rurais, de acordo com o autor, mostra-se dificultosa a escolha de um termo aceitável, pois o Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito.

Já os “possuidores de bens” no Brasil são representados como classes altas, ricas e poderosas. Este conjunto pode ser dividido entre classe alta urbana, classe alta rural e classe média urbana, sendo que as duas primeiras vinculam-se solidariamente como uma burguesia. De acordo com Fernandes (1968), a classe alta urbana é formada por industriais, banqueiros, grandes comerciantes, profissionais especializados em serviços administrativos ou de elevada qualificação; a classe média urbana compõe-se de dois estratos, um tradicional, formado por profissionais liberais, professores, jornalistas, operários altamente qualificados, entre outros ofícios da mesma categoria, e um moderno, originado notadamente do alto escalão das grandes empresas, que acabam dispondo de meios para valorizar as suas ocupações em decorrência das posições estratégicas que ocupam na expansão do setor moderno; e, finalmente, a alta classe rural, uma combinação classe-estamento, envolve grupos de interesses relativamente heterogêneos, como o grande e médio proprietário, o padre, o juiz de direito, o pequeno industrial, assalariados de alto escalão descendentes de famílias tradicionais, etc.

Importa destacar que os “possuidores de bens”, no sistema econômico caracterizado, possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe¹⁸, enquanto os “não possuidores de bens” são distribuídos por categorias distintas, sendo que uma parte, no Brasil a maior dela, não chega a ter interesse de classe e situação de classe, enquanto outra parte, inserida no setor moderno, possui as duas condições, valorizando-se mediante a venda da força de trabalho como mercadoria. Nesse espectro, pois, Fernandes (1968) entende que no Brasil apenas as classes altas têm consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe. Contudo, a dependência externa atua no sentido de obstaculizar o processo

18 De acordo com Fernandes (1968), o *interesse de classe* diz respeito às condições estruturais e funcionais da ordem econômica que garantem a continuidade da posição ocupada e das vantagens dela decorrentes. Já a *situação de classe* é definida a partir do grau de homogeneidade assegurado socialmente pela ordem econômica à fruição (ou ausência dela) de interesse de classe análogos. Para o autor, a *classe social* ampara-se sobre os interesses de classe e as situações de classe, mas caracterizando-se sobretudo enquanto *grupo social*, sujeito a variações segundo a intensidade dos contratos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral, etc.

de conscientização das classes altas, eternizando a condição de dependência e de dualidade estrutural. As classes altas, para Fernandes (1968, p.74):

[...] são vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político, ao mesmo tempo em que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos externos. Daí resulta uma situação ambivalente no plano estrutural da junção da ordem econômica vigente com a ordem social de classes. A existência de um Estado nacional independente e a parte tomada por essas classes, com real autonomia, na condução da vida política interna, levam-nas a identificarem-se com os símbolos econômicos, políticos e sociais de soberania nacional e do liberalismo econômico.

As classes altas acabam, assim, negando-se enquanto classe social, à medida que se sintonizam com símbolos, valores e políticas que não atendem aos seus reais interesses de classe, a não ser sob uma perspectiva imediatista de obtenção de vantagens econômicas. Esse fenômeno é potenciado pela simbiose entre capital estrangeiro e capital nacional, processo que conduz a uma diluição das contradições envolvidas nas polarizações ideológicas e utópicas da situação de classe dominante.

Quanto às demais classes, dois movimentos mostram-se evidentes, a saber: 1) as formas de consciência e de atuação da classe média são condicionadas pela associação com os “interesses do capital” (nacional ou estrangeiro), convertendo-as em “puritanas do capitalismo dependente”; e 2) a classe baixa urbana não se converte no equivalente a algo como a vanguarda consciente do proletariado, mostrando-se altamente desorganizada e excluída parcial ou totalmente dos mecanismos normais que poderiam valorizar seu destino social, por meio das relações de produção e do mercado.

Nessa perspectiva, o elemento de tensão da ordem social vigente acaba sendo a intensidade do crescimento econômico, relegando os motivos específicos de afirmação operária ou de luta de classes a um plano inferior e menos importante. Isso porque ao possibilitar mobilidade social, a expansão da produção concorre para evitar rupturas com a ordem social. Por isso que para Fernandes (1968), o crescimento econômico constitui um tipo de “revolução dentro da ordem”. Apenas a interferência drástica na sua continuidade pode substituir a “revolução dentro da ordem” por outros tipos de comportamentos inconformistas e por

soluções verdadeiramente revolucionárias. Mas ao se traduzir em instrumento de mobilidade social, o crescimento econômico atua no sentido de enfraquecer a consciência de classe, especialmente dos trabalhadores do setor moderno, cujos interesses são dissociados dos interesses dos trabalhadores do setor arcaico (FERNANDES, 1968; 1972). Tem-se, pois, um papel contraditório da “revolução dentro da ordem”, pois permite a manutenção de privilégios para uma pequena parcela da sociedade e de iniquidades sociais extravagantes ao mesmo tempo em que faz as elites se abdicarem de suas aspirações de autonomia nacional, que pode inclusive colocar as suas vantagens econômicas em risco.

A integração das classes desfavorecidas mediante a generalização da modernidade no espaço nacional exigiria um progresso econômico excepcional que permitisse absorver os “marginalizados do sistema” ao setor moderno, condição que extrapola a própria condição de capitalismo dependente. A esta parcela da população, seguindo-se a “ordem natural das coisas”, resta apenas a autonegação sob a forma de processos migratórios, penetração no mundo urbano, etc. No mais, tal contingente acaba se mostrando altamente funcional à manutenção da (des) ordem estabelecida, pois a apropriação capitalista ocorre pela superexploração do trabalho e exclusão da massa despossuída da participação socioeconômica, condições básicas para a acumulação de capital e repartição do excedente nacional com os setores dominantes internos e externos (FERNANDES, 1968; 1972).

O ponto a ser destacado é que no contexto conformado pelo capitalismo dependente¹⁹, o regime de classes deixa de exercer as suas funções construtivas, como a de possibilitar um mínimo de homogeneidade e de igualdade aos indivíduos no processo de valorização via mercado, suporte sob o qual se pode construir uma estratificação social de fundamentos estritamente econômicos. Ao invés disso, sob o capitalismo dependente o regime de classes acaba se prestando à perpetuação da polarização estrutural dessas economias, donde de acordo com Fernandes (1968, p.83-84) cabe à elite apenas:

[...] resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele dovesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à frui-

19 Marcado pela polarização e geração de excedente para as economias avançadas, além de suportar uma herança colonial que deu movimento a um processo de acumulação sob bases capitalistas pouco racionalizado e dinâmico, exaltando as formas de concentração de renda e status.

ção das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, uma dimensão peculiar. **Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida.** [grifo nosso]

Após mapear sociologicamente a sociedade de classes no mundo subdesenvolvido, Fernandes (1968) passa a discutir o destino dessa sociedade a partir da investigação de três problemas distintos, que têm como personagem principal a burguesia. A incapacidade de mobilização das classes subalternas provém fundamentalmente da “imposição do sistema” e de sua vinculação com a continuidade da ordem, diante da percepção de impossibilidade de mudança social e, por conseguinte, da busca de soluções individualizadas de ascensão social (FERNANDES, 1968; 1972).

O primeiro problema diz respeito ao que o autor chama de “grau de consistência propriamente capitalista do comportamento econômico”. Numa economia capitalista subdesenvolvida, o processo de tomada de decisão é altamente dificultado pelos fatores externos ao campo de atuação do empresário, os quais são ditados pela dinâmica do mercado internacional e de suas variações conjunturais e de longo prazo. Nesse ambiente, diz Fernandes (1968), “negócio” e “aventura especulativa” andam sempre mais ou menos juntos, sendo a política empresarial afetada pela imprevisão e pela improvisação. Isso significa que nestas economias há um forte componente de incerteza²⁰, dificultando o cálculo capitalista. Os atores sociais operam dentro de um “circuito de indeterminação”, com o cálculo econômico capitalista se prestando à sua superação. Todavia, apenas os atores com alto poder econômico conseguem superar o referido circuito, notadamente as grandes empresas estrangeiras, as grandes estatais e as grandes empresas de capital misto (privado nacional e estrangeiro), o que aguça a desigualdade de oportunidades e reprime, quando não neutraliza, o espírito empreendedor dos atores menos favorecidos.

20 Condição análoga ao que Sampaio Jr. (1997), à luz da obra de Prado Jr. (2000), chamou de “incerteza estrutural”, categoria sociológica estranha tanto para o último autor, quanto para Fernandes (1968), mas que sintetiza a condição observada em tais sistemas.

Assim, o imediatismo e a especulação imoderada passam a constituir pre-condições para o êxito econômico. Os componentes não controláveis que atribuem insegurança aos negócios são contrapesados pela superexploração dos fatores sob controle, passando o trabalho a ser submetido a formas marginais de exploração. Ou seja, a instabilidade estrutural do capitalismo dependente passa a ser compensada pela reprodução de condições ótimas de sobre-apropriação e superexploração do trabalho e dos recursos naturais, o que permite a acumulação e a geração do excedente necessário para atender às expectativas das sociedades hegemônicas e para garantir o acesso das classes privilegiadas nacionais aos padrões de consumo das economias centrais (FERNANDES, 1968; 1972). No capitalismo dependente, assim, a atuação da burguesia acaba sendo orientada para a sobrevivência econômica, que contraditoriamente atua no sentido de aguçar a situação de dependência, pois parte do excedente econômico acaba se destinando às economias centrais. Por isso, de acordo com Fernandes (1968, p.91) “[...] a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe.”

O segundo problema se refere ao modo pelo qual os interesses econômicos, no capitalismo dependente, dinamizam comportamentos de classe típicos, refletindo a incapacidade do sistema na geração e imposição de mecanismos exclusivamente capitalistas de controle econômico. Isso implica uma margem de insegurança crônica, pois os agentes não contam com condições para determinar, a partir de bases econômicas, os limites de sua autonomia real, situação que os tornam incapazes de controlar todos os processos econômicos incorporados à ordem econômica operante. Essa situação acaba dilapidando o conjunto de elementos dinâmicos fundamentais sobre o qual se apóia a condição burguesa, qual seja, propriedade privada, acumulação capitalista e trabalho assalariado. Isso faz com que não sejam estabelecidos compromissos de classes e formas de solidariedade inter-classes, condição que impede a estruturação de um contrato social no sentido de contemplar tanto as classes possuidoras de bens, como as não-possuidoras.

Nesse contexto, passa a existir um contrato entre os ‘donos do poder’, as classes altas, que se por um lado permite a acumulação, por outro, por exigir a articulação entre o moderno e o atrasado, acaba restringindo o poder de competição e não permitindo o conflito ocasionado por interesses econômicos divergentes dentro da própria classe. Com isso, consolida-se a condição de subdesenvolvimento. No plano político, essa situação se traduz na inexistência de um projeto

coletivo de poder, que atue no sentido de impedir o “grande salto capitalista” e, ao cabo, a utilização esclarecida e audaciosa do Estado para o alcance desse objetivo. O Estado passa a ser utilizado como instrumento de defesa e suporte para as classes privilegiadas, visando garantir maior estabilidade através de mecanismos de transferências de renda dentro do ambiente de instabilidade das economias dependentes que se prestem a reprimir as contestações das classes subalternas. Nesses termos, o capitalismo é admitido pela burguesia apenas enquanto forma econômica, mas não enquanto estilo de vida, em suas formas jurídicas, políticas e societárias (FERNANDES, 1968; 1972).

Finalmente, o terceiro problema diz respeito à capacidade de realização burguesa das elites das sociedades capitalistas subdesenvolvidas. Para Florestan Fernandes, e conforme já discutido na seção anterior, admitindo-se a revolução burguesa como um estado de tensão a partir do qual a economia se diferencia e se reintegra, todo sistema capitalista comporta um movimento desse tipo, que em regra coincide com a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. Mas no contexto de capitalismo dependente, com uma burguesia egoísta e provinciana, as elites acabam não concretizando nem seus interesses de classe, nem os interesses da nação, afirmando-se enquanto classe apenas no plano econômico, com sua subsequente incapacidade de viabilizar o rompimento com o passado e a eliminação dos vínculos de subordinação no âmbito internacional. A ordem social competitiva constituída pela burguesia no capitalismo dependente se mostra incapaz, assim, de liderar a modernização econômica global e promover a integração nacional (FERNANDES, 1968; 1972).

Nos países subdesenvolvidos, com efeito, a revolução burguesa ocorreu dentro da ordem existente do sistema colonial, sem a ruptura dos elos de dependência existentes. A ordem social competitiva foi estabelecida sob o compromisso com o capitalismo dependente, a partir de uma burguesia incapaz de realizar a revolução nacional democrática e promover a integração nacional. As classes possuidoras são capazes de impor seus interesses à sociedade, de modo a compensar as instabilidades inerentes às condições de dependência por meio das transferências de renda do setor arcaico para o setor moderno, baseadas na superexploração do trabalho e dos recursos naturais, situação que aprofunda a dependência, amplia a heterogeneidade social e, por extensão, impede a estruturação de um padrão de desenvolvimento autônomo e socialmente inclusivo (FERNANDES, 1972).

À guisa de conclusão

A obra de Florestan Fernandes representa uma possibilidade de interpretação do Brasil. Sua inovação transcende a adaptação de fenômenos observados no capitalismo avançado à realidade dos países da periferia e, particularmente, do Brasil. Ao proceder tais adaptações, o autor consegue captar especificidades importantes de cunho não apenas sociológico, mas também econômico, político, cultural e psicossocial dos países subdesenvolvidos, os constrangimentos daí resultantes, bem como as alternativas para a sua superação.

A análise da Revolução Burguesa no Brasil revela, entre outras evidências de fenômenos que evidenciam o caráter específico do capitalismo dependente: a) a influência do passado colonial na formação da sociedade brasileira; b) o descompasso histórico entre as transformações internas e as imposições da economia mundial, que implica um processo de sobreposição de estruturas políticas, econômicas e institucionais inacabadas; c) os constrangimentos impostos a uma economia duplamente articulada, com o setor externo e o setor arcaico interno, indicando o caráter heteronômico da economia nacional; d) a falta de interesse político, mais do que incapacidade, das elites locais transbordarem os benefícios da ordem social competitiva para o conjunto da população, sob a forma de equalização de oportunidades e redistribuição de renda e poder; e) o caráter híbrido, heterogêneo e polarizado de uma economia subdesenvolvida, donde a simbiose entre o arcaico e o moderno irrompe o plano econômico e determina o perfil do político tradicionalista brasileiro²¹; f) a apropriação do Estado por uma elite particularista e classista, que não transcende o individual e que tem por finalidade definir e perpetuar os ganhadores (poucos) e perdedores (a maioria) na sociedade; g) o caráter dialético das relações sociais, econômicas e políticas engendradas pela condição de capitalismo dependente, que colocou às claras os verdadeiros “donos do poder” em 1964: quando a “revolução dentro da ordem” passou a se mostrar insuficiente para articular as diferentes classes em prol de um interesse minimamente coletivo, as forças conservadoras logo trabalharam no sentido de tolher o movimento, sob a forma de opressão e violência, impondo o exercício autocrático e armado do poder.

Nesse contexto, conforme apontado, a estruturação da sociedade de classes se mostra problematizada, condição que não significa, evidentemente, a possibi-

21 Ver Fernandes (1996).

lidade de rupturas de caráter progressista. Fazendo uso da distinção weberiana de “possuidores de bens” e “não-possuidores de bens”, Florestan Fernandes realizou um mapeamento das classes sociais no Brasil e colocou em evidência que enquanto os primeiros possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe, os segundos apresentam-se absolutamente desarticulados e, conseqüentemente, são transformados em massa de manobra e de extração de excedente econômico sob uma linha de rendimento máximo, vetores que, se por um lado, atendem aos interesses de curto prazo das elites, por outro concorrem na direção de aprofundar o grau de satelização da economia brasileira.

Nessa perspectiva, o autor conclui que apenas as classes altas contam com condições decisórias capazes de afetar o conjunto da população, ou seja, são elas que “fazem a história”. Revela, ainda, que ao empenharem um comportamento imediatista e se identificarem com símbolos, valores e políticas que não atendem os seus reais interesses de classe, a elite acaba se negando enquanto classe social. Assim, sob a situação de capitalismo dependente, o regime de classes dificulta o exercício de suas funções construtivas, como a de possibilitar um mínimo de homogeneidade aos indivíduos no processo de valorização via mercado, suporte a partir do qual se pode construir uma estratificação social de fundamentos estritamente econômicos. Ao invés disso, contribui para a perpetuação da polarização estrutural dessas economias, bem como do aprofundamento de sua dependência externa.

O autor sugere que a interrupção do crescimento econômico poderia atuar no sentido de detonar comportamentos do tipo inconformista e soluções verdadeiramente revolucionárias. Todavia, a estagnação da economia brasileira entre 1980-2005 não se traduziu em comportamentos coletivos inconformistas substantivos. Em que medida isso se apresenta como resultado de expedientes utilizados pelas elites e instrumentalizados pelo Estado para amenizar as pressões vindas dos estratos inferiores da sociedade, como programas assistenciais, a utilização da mídia enquanto vetor de alienação social, entre outros mecanismos de controle social, coloca-se como objeto para estudos futuros.

Não obstante, o artigo contribui para mostrar que as contribuições de Florestan Fernandes podem ser úteis para a interpretação de questões contemporâneas. Constrangimentos externos à retomada do crescimento sustentado, fruto da subordinação da economia brasileira à mundial, bem como o entendimento da “democracia burguesa” como instrumento de manejo dos interesses de uma pequena minoria efetivamente inserida na ordem social competitiva, constituem

suportes indispensáveis para o entendimento do crescente processo de desarticulação social prevalecente, bem como a operação do Estado movida por interesses exclusivamente particularistas.

Tem-se, pois, que as obras de Florestan Fernandes sumariamente discutidas ao longo deste artigo oferecem importantes elementos para uma interpretação crítica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. São múltiplas as possibilidades de utilização das idéias e dos conceitos presentes nas obras analisadas de Florestan para uma leitura do Brasil moderno, o que suscita investigações futuras que caminhem nessa direção²².

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Florestan Fernandes e a idéia de revolução burguesa no pensamento marxista brasileiro", *Revista Espaço Acadêmico*, ano V, n.52, set.2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/052/52ff_almeida.htm> Acesso em 01.11.2005.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "Arremate de uma reflexão: a Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes", *Revista USP – dossiê Florestan Fernandes*, n. 29, mar.-mai, p. 56-65, São Paulo, 1996.
- BIOGRAFIA Florestan Fernandes (1920-1995). Disponível em: <<http://www.sbd.fflch.usp.br/florestan/index1.htm>> Acesso em 01.11.2005.
- DRAIBE, S. *Rumos de metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. P.9-49.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus- USP, 1965.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- _____. *Que tipo de República?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. "O ardil dos políticos", *Revista USP – dossiê Florestan Fernandes*, n. 29, mar.-mai, p. 86-89, São Paulo, 1996.

22 As obras de Fernandes (1986; 1995; 2006) são de grande valia nesse sentido.

- _____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 27ª ed., 2000 [1959].
- IANNI, Octávio. “A sociologia de Florestan Fernandes”. *Revista USP – dossiê Florestan Fernandes*, n. 29, mar.-mai., p. 26-33, São Paulo, 1996.
- MARTINS. “Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes”. *Revista USP – dossiê Florestan Fernandes*, n. 29, mar.-mai., p. 14-19, São Paulo, 1996.
- PEREIRA, João B. B. “A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes”. *Revista USP – dossiê Florestan Fernandes*, p. 34-41, n. 29, mar.-mai. São Paulo, 1996.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 27ª Ed., 2000.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: uma leitura de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. 297 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- SINGER, Paul. “Reminiscências de Florestan Fernandes”. *Revista USP – dossiê Florestan Fernandes*, n. 29, mar.-mai., p. 42-48, São Paulo, 1996.
- VENCESLAU, Paulo de Tarso. “Entrevista: Florestan Fernandes”. *Teoria e Debate*, n.13, jan.-mar. 1991.

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 26-mar-2010 | **Envio ao 1º avaliador:** 11-abr-2010 | **Envio ao 2º avaliador:** 13-abr-2010 | **Recebimento da 1ª avaliação:** 21-abr-2010 | **Recebimento da 2ª avaliação:** 05-mai-2010 | **Envio para revisão dos autores:** 06-mai-2010 | **Recebimento do artigo revisado:** 20-mai-2010 | **Aceite:** 29-mai-2010.